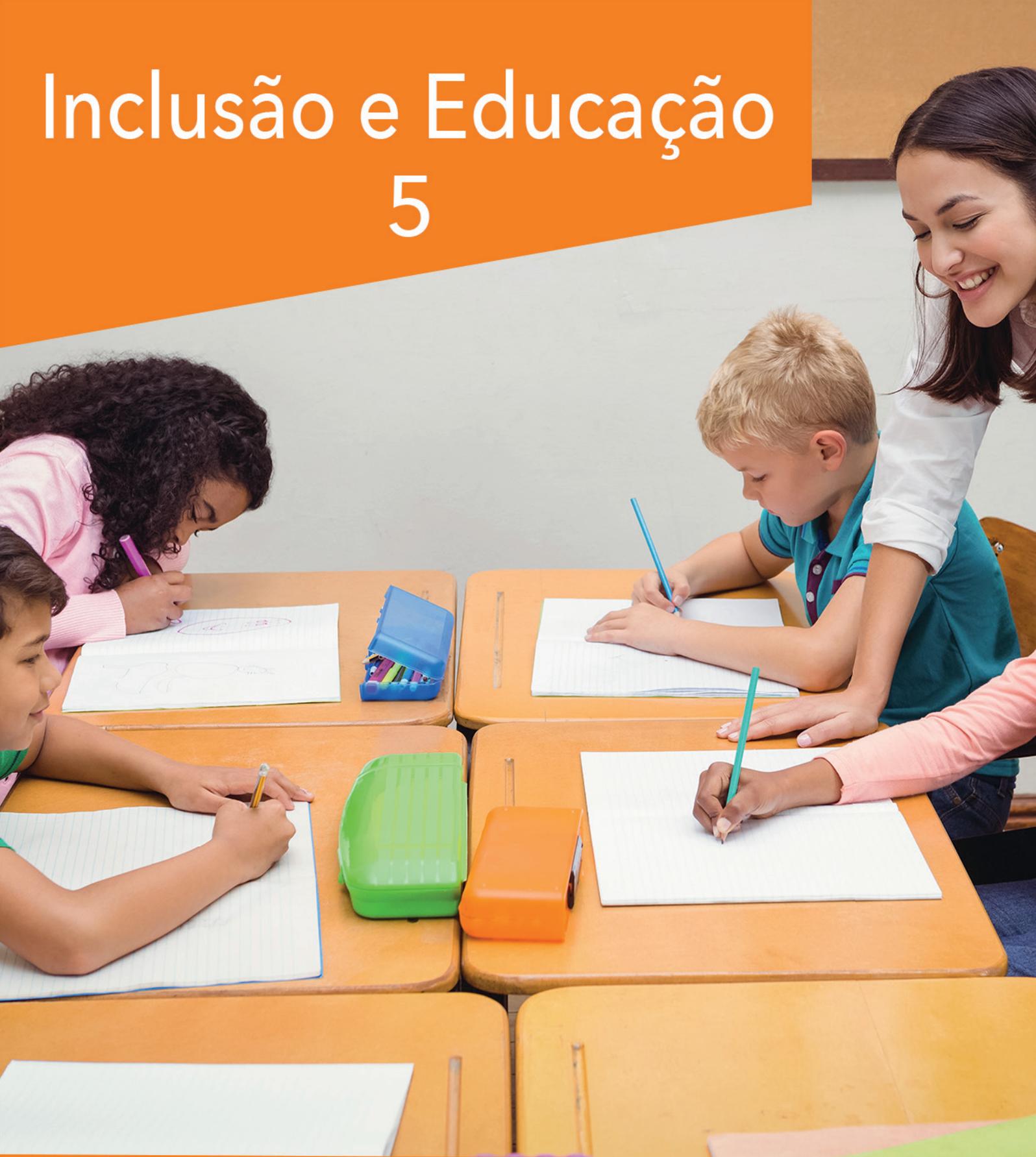


Inclusão e Educação

5



Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 5 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-033-9

DOI 10.22533/at.ed.339191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Professores – Formação. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu V volume, com 20 capítulos, apresentam estudos sobre Formação de professores, Tutoria, Educação a distância, Orientação e Aprendizagem num universo de discentes excluídos como pessoas com deficiência, idoso e risco social.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Que adequou as instituições, de maneira geral, a conjugar estudos, metodologias como alternativas viáveis de inclusão educacional.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume V é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que são excluídos socialmente ou por suas deficiências físicas, ou por suas deficiências tecnológicas bem como a Modalidade de Educação a Distância e toda sua benéfice massiva e transformadora da prática educacional, apresentando artigos que: refletem sobre a formação do Professor na perspectiva inclusiva; a Alternativa da Educação a Distância para suprir nas necessidades física, econômicas e sociais; Estudos de casos que apresentam desafios e soluções para os públicos em questão.

Por fim, esperamos que este livro possa fortalecer e clarificar, os leitores sobre as várias modalidades de educação como força motriz para o desenvolvimento e a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR EM PEDAGOGIA: A CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO EM DISCUSSÃO	
<i>Maria Do Rosário de Fátima Brandão de Amorim</i>	
<i>Fabiana Wanderley de Souza Moreira.</i>	
<i>Francyne Monick Freitas da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915011	
CAPÍTULO 2	15
PIBID DIVERSIDADE – POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA	
<i>Márcia Lúcia Nogueira de Lima Barros</i>	
<i>Neiza de Lourdes Frederico Fumes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915012	
CAPÍTULO 3	25
DESAFIOS DO DOCENTE NA INSERÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA	
<i>Edivânia Paula Gomes de Freitas</i>	
<i>Leandra da Silva Santos</i>	
<i>Maria Lúcia Serafim</i>	
<i>Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915013	
CAPÍTULO 4	35
AS PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATENDEM ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO	
<i>Francimar Batista Silva</i>	
<i>Celeida Maria Costa de Souza e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915014	
CAPÍTULO 5	44
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DO PERFIL A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	
<i>Francisco Varder Braga Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915015	
CAPÍTULO 6	54
CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO COMO EXERCÍCIO DE SUBJETIVIDADE	
<i>Lúcia Lima da Fonseca</i>	
<i>Alice Abreu</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915016	
CAPÍTULO 7	62
FORMAÇÃO CONTINUADA ATRAVÉS DOS DIÁRIOS DE CLASSE: LUGARES DE MEMÓRIA, FORMAÇÃO E INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS	
<i>Ana Lúcia Oliveira Aguiar</i>	
<i>Stenio de Brito Fernandes</i>	
<i>Charles Lamartine de Sousa Freitas</i>	
<i>Francinilda Honorato dos Santos</i>	
<i>Eliane Cota Florio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3391915017	

CAPÍTULO 8 72

REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA O PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC) DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): UMA VISÃO DO MEC

Mônica Mancini
Dirceu Matheus Junior

DOI 10.22533/at.ed.3391915018

CAPÍTULO 9 91

A ESPIRAL DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DO FEEDBACK NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Jeong Cir Deborah Zaduski
Ana Lucia Farão Carneiro de Siqueira
Denise Gregory Trentin
Klaus Schlünzen Junior

DOI 10.22533/at.ed.3391915019

CAPÍTULO 10 99

INCLUSÃO DIGITAL DO IDOSO: DE CASA PARA O MUNDO

Shirley de Souza Silva
Pâmela dos Santos Rocha

DOI 10.22533/at.ed.33919150110

CAPÍTULO 11 106

INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Antônia de Araújo Farias

DOI 10.22533/at.ed.33919150111

CAPÍTULO 12 116

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO TUTOR VIRTUAL EM CURSOS DE LICENCIATURA EM MÚSICA A DISTÂNCIA

Patrícia Lakchmi Leite Mertzig Gonçalves de Oliveira
Nubia Carla Ferreira Cabau
Maria Luisa Furlan Costa

DOI 10.22533/at.ed.33919150112

CAPÍTULO 13 127

OS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Carla Plantier Message
Ana Paula Ambrósio Zanelato Marques
Raquel Rosan Christino Gitahy
Adriana Aparecida de Lima Terçariol

DOI 10.22533/at.ed.33919150113

CAPÍTULO 14 137

CIRCO E ESCOLA: O PROFESSOR COMO PRINCIPAL PERSONAGEM DA TRAMA EDUCACIONAL

Pedro Eduardo Duarte Pereira
Júlia Roberta Gomes de Sá
Alexsandra Araújo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.33919150114

CAPÍTULO 15	149
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NUMA PROPOSTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
<i>Lúcia de Mendonça Ribeiro</i>	
<i>Ionara Duarte de Góis</i>	
<i>Antônio Carlos Silva Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150115	
CAPÍTULO 16	160
AÇÕES DE APRENDIZAGEM EXPANSIVA PARA APROXIMAR FAMÍLIA E ESCOLA: A AGENDA COMO FERRAMENTA	
<i>Adriane Cenci</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150116	
CAPÍTULO 17	172
REFLEXÕES E PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Marcos Lucena da Fonseca</i>	
<i>Maria do Carmo Barbosa de Melo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150117	
CAPÍTULO 18	191
THE HISTORICAL DILEMMA INSIDE ICT IMPLEMENTATION IN EDUCATION: AN INTERCULTURAL AND INTERGENERATIONAL ISSUE	
<i>José Guillermo Reyes Rojas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150118	
CAPÍTULO 19	204
ATENDIMENTO EDUCACIONAL HOSPITALAR E DOMICILIAR: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DA ESCOLARIZAÇÃO NA INFÂNCIA FRENTE AO ADOECIMENTO CRÔNICO	
<i>Andréia Gomes da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150119	
CAPÍTULO 20	217
CONSTRUÇÃO DE UM MATERIAL ALTERNATIVO DE CITOLOGIA: INCLUSÃO EM UM ESPAÇO NÃO-FORMAL DE APRENDIZAGEM	
<i>Miani Corrêa Quaresma</i>	
<i>Edmar Fernandes Borges Filho</i>	
<i>Bianca Venturieri</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150120	
CAPÍTULO 20	231
FORMAÇÃO DOCENTE E TRANSFORMAÇÃO: ANALISANDO A FORMAÇÃO A PARTIR DA REALIDADE LOCAL	
<i>Saulo José Veloso de Andrade</i>	
<i>Patrícia Cristina de Aragão</i>	
<i>Antônio Roberto Faustino da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33919150120	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	241

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DO PERFIL A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Francisco Varder Braga Junior

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Mossoró – Rio Grande do Norte

RESUMO: Objetivo: O objetivo da pesquisa foi investigar o perfil dos docentes da Educação Básica e seu compromisso com a formação continuada em um curso de aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado.

Metodologia: Estudo descritivo e exploratório, numa perspectiva quanti-qualitativa, com 297 professores da rede pública de ensino do país. Utilizou-se do sistema de gestão e monitoramento da formação continuada do Ministério da Educação para coleta e análise dos dados. Foi realizada a estatística descritiva com o auxílio do software Excel, o que possibilitou a leitura dos dados e a geração de gráficos.

Resultados: O curso apresentou índices de aprovação de 52,9%, evasão de 42,1% e reprovação de 5%. Porém, dentre os aprovados, 64,33% dos professores já possuíam alguma pós-graduação. A “rede em que atua” mais prevalente foi a municipal, o “vínculo com a rede de ensino” mais concentrado foi o concurso, 87% eram do “sexo” feminino, a “faixa etária” mostrou-se indiferente, a “raça/etnia” mais prevalente foi à raça negra com 49,8%, a “função que exerce”, teve maior concentração

no grupo dos docentes e a “unidade federativa onde atua” mais prevalente foi o Estado do Rio Grande do Norte **Conclusão:** Contudo, podemos constatar que ainda existe uma necessidade de conscientização e ajustes no perfil dos professores da Educação Básica quanto à importância da formação continuada, merecendo ações por parte dos gestores no que se refere a incentivos e sensibilização para atuação no atendimento educacional especializado. Isso vem a reforçar a importância da formação continuada e práticas inclusivas nos projetos pedagógicos institucionais.

PALAVRAS-CHAVE: atendimento educacional especializado, formação, professores.

ABSTRACT: The objective of this research was to investigate the profile of Basic Education teachers and their commitment to continuing education in a course of improvement in Specialized Educational Assistance. A descriptive and exploratory study, in a quantitative-qualitative perspective, with 297 teachers from the public teaching system of the country. The management and monitoring system of the continuing education of the Ministry of Education was used to collect and analyze data. Descriptive statistics were performed with the help of Excel software, which enabled the reading of the data and the generation of graphs. The course presented approval rates of

52.9%, avoidance of 42.1% and disapproval of 5%. However, among the approved ones, 64.33% of the teachers already had some postgraduate degrees. The most prevalent “network in which it operates” was the municipal one, the most concentrated “bond with the education network” was the contest, 87% were female “sex”, the “age group” was indifferent, “race / ethnicity “was the most prevalent was the black race with 49.8%, the” function that exerts “, had a higher concentration in the teachers’ group and the state of Rio Grande do Norte was more prevalent. We can see that there is still a need for awareness and adjustments in the profile of Basic Education teachers regarding the importance of continuing education, deserving actions by the managers regarding incentives and awareness to act in the specialized educational service. This reinforces the importance of continuing education and inclusive practices in institutional pedagogical projects.

KEYWORDS: specialized educational service, training, teachers.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos temos observado muitas mudanças e transformações no cenário educacional do nosso país, com vistas a melhorias na educação, sendo notória e necessária à colaboração e a participação de outros conhecimentos, além de adaptações a nova realidade, público e condições socioeconômicas, cada vez mais, merecendo uma abordagem interdisciplinar na tentativa de resolver tamanha complexidade. Segundo Mantoan (2003, p.16),

As diversidades culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos.

A Educação no Brasil vem sendo influenciada por uma ideologia de “Educação para Todos”, a partir de leis que foram aprovadas, decretos estabelecidos e várias mudanças propostas. Entretanto, ainda encontramos práticas discriminatórias por conta da desinformação, da falta de profissionais habilitados, dúvidas quanto ao papel da escola na superação da lógica da exclusão em algumas instituições de ensino. Isso se configura numa necessidade de mudança estrutural que promova mais acessibilidade, formação profissional e mudanças culturais com a tomada de conscientização em nível de instituição para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas, garantindo o acesso social, curricular e pedagógico. Para Mantoan (2006, p. 27):

A escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, bem como a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos em geral.

No Brasil, segundo o censo do IBGE (2010), há 45.623.910 pessoas com as mais variadas deficiências o que corresponde a 23,9% da população total do país que é em cerca de 190.755.799. Em paralelo, os dados do censo escolar revelam que as matrículas de alunos com necessidades especiais no ensino superior tiveram um aumento de 136% entre os anos de 2003 e 2005. Já no ano de 2012, o *site* do Ministério da Educação (MEC) divulgou um aumento de 933,6% no número de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior até o ano de 2010, ou seja, uma demanda que vem crescendo consideravelmente, o que significa que a educação básica vem desenvolvendo seu papel na perspectiva inclusiva, fazendo com que essas pessoas possam chegar à universidade, cabendo ao ensino superior garantir o acesso e a permanência da pessoa com deficiência. Isso vem acontecendo, graças à política e programas desenvolvidos nos últimos tempos pelos governos, bem como pela luta dessa classe em função de valer seus direitos, fazendo com que as práticas sociais se transformem em favor das oportunidades de todos. Segundo a Lei Nº 7.853/89,

Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. Apena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, multa.

Desta forma, o professor e os gestores educacionais tem que lidar com as mais diversas questões para as quais não receberam formação adequada, o que causa na grande maioria das vezes, sentimento de angústia, ansiedade e temor por não saber lidar com o atual contexto. Pois a chegada de alunos com necessidades educacionais específicas e com deficiência na sala de aula exige do professor um olhar heterogêneo e uma atenção diferenciada, resguardando-se a igualdade de direitos de cada um.

A inclusão é igualmente um motivo que implica o aprimoramento da formação dos professores para realizar propostas de ensino inclusivo e também um pretexto para que a escola se modernize, atendendo as exigências de uma sociedade, que não admite preconceitos, discriminação, barreiras entre seres, povos, culturas. (MANTOAN, 1997, p.94)

A Lei 13.146/2015, com aprovação recente, também determina em seu art. 28, dentre outras obrigatoriedades a garantia de formação aos professores para que estes possam desempenhar seu papel com competência, a fim de suprir as necessidades específicas de aprendizagem de todos os alunos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial BRASIL (2001) implica em uma nova postura da escola regular que deve propor no Projeto Político Pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos. Pois, numa escola inclusiva a diversidade é valorizada em detrimento da homogeneidade.

Segundo Braga Junior e Xavier (2013), para atuar na Educação Especial na

perspectiva da Educação Inclusiva, o professor deve ter na sua formação, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de Educação Superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de Educação Especial.

Portanto, o professor e demais profissionais da educação precisam entender todos os aspectos que abrangem a complexidade a fim de atuar adequadamente, visando colocar em prática um novo modelo de educação, pautado pela flexibilidade e contextualização dos problemas a partir de várias ciências em colaboração coletiva, de forma que a disciplinaridade não se torne mais uma barreira. Desse modo, este estudo teve como objetivo investigar o perfil dos docentes da Educação Básica na perspectiva da Educação Inclusiva, bem como seu compromisso com a formação continuada.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, campus central, situado na cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, no período de março a novembro de 2015, durante a execução do curso de aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado ofertado na modalidade à distância pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores.

A população investigada foi composta por 297 profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Pública de Ensino, e restringiu-se aos docentes e profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência como: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica de acordo com a lei 11.494/2007 e a resolução Nº 1 de 27 de março de 2008.

A metodologia utilizada teve caráter descritivo e exploratório, numa perspectiva quanti-qualitativa, mediante aplicação de um breve questionário, composto por nove perguntas objetivas de cunho pessoal e profissional, proposto pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, tendo como instrumento de acesso aos participantes o Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada do Ministério da Educação – SISFOR.

A análise descritiva foi realizada a partir da criação de três categorias (aprovados, reprovados e evadidos) para melhor exploração e entendimento dos dados, utilizando médias e porcentagens das respostas dos participantes com o auxílio do software Excel, o que possibilitou a leitura dos dados e a geração de gráficos.

RESULTADOS

Os índices de aprovação do curso foram de 52,9%, a evasão de 42,1% e reprovação de 5%. Sobre a taxa de evasão, esta circunda os índices apresentados e esperados da Educação a Distância atual do nosso país, e se tratando deste curso, acreditamos que um dos possíveis fatores que contribuiu para tais índices foi a “escolaridade” dos participantes da pesquisa, pois 54,4% dos professores/alunos evadidos já possuíam alguma pós-graduação.

Como se tratava de um curso de aperfeiçoamento, muitos relataram, ao serem consultados por telefone ou e-mail, que o curso não trazia nenhuma titulação a mais, nem tão pouco agregava subsídios financeiros no trabalho, pensamento que vai de contra a política de formação continuada defendida pelo MEC. Outros motivos apresentados pelos alunos desistentes foram: falta de tempo para se dedicar ao curso devido ao trabalho, problemas de saúde e pessoais, já fazia outro curso e não dava para conciliar.

Em contrapartida, ao analisar os dados coletados no questionário, observou-se dentre os aprovados, maioria da amostra, que 64,33% dos professores/alunos já possuíam alguma pós-graduação, constando assim, um maior índice de aprovação nesta categoria o que nos indica que já existe uma convergência do pensamento por parte dos professores da Educação Básica para com a formação continuada. (gráfico 1)



Gráfico 1 – Distribuição de frequência das respostas por escolaridade.

(Fonte de pesquisa, 2015).

Quanto ao quesito “rede em que atua” ocorreu dominância da rede municipal (70,4%) na três categorias o qual se explica devido a Educação Básica ser de responsabilidade dos municípios na nossa federação, especificamente o ensino fundamental.

Com relação ao “vínculo com a rede de ensino” a resposta mais elencada foi concurso/efetivo/estável, fator que contribuiu para que o aluno/professor usufruir de

direitos a fazer a formação. (gráfico 2)

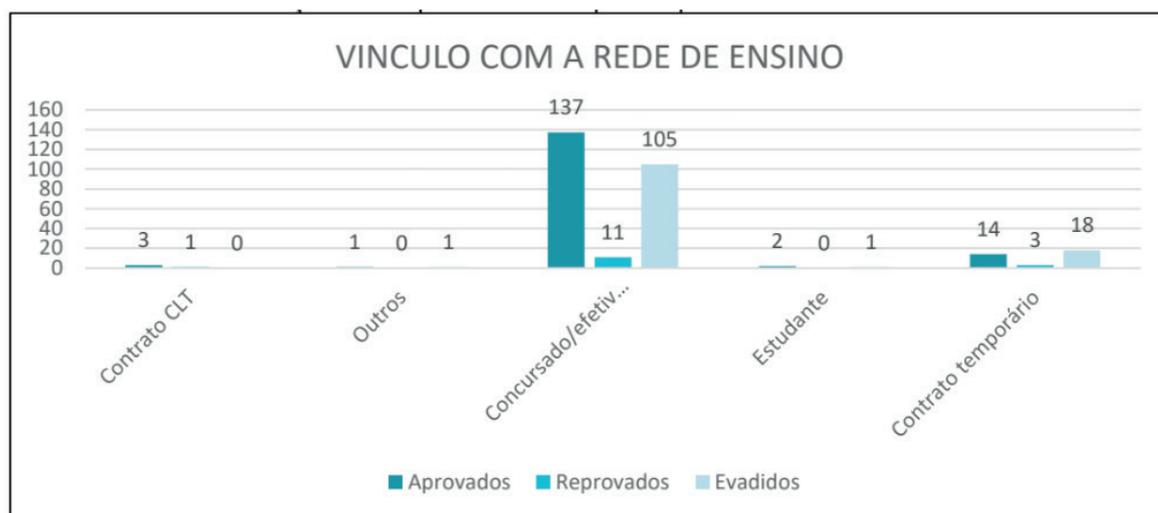


Gráfico 2 – Distribuição de frequência das respostas por vínculo com a rede de ensino. (Fonte de pesquisa, 2015).

O “sexo” dominante foi o feminino com 87% em todas as categorias o que nos mostra ainda uma dominância do sexo feminino no magistério do ensino fundamental (primeiro e segundo ciclo).

A “faixa etária” mostrou-se indiferente com relação às três categorias e os grupos etários, apenas apresentando maior concentração no grupo de 40 a 50 anos seguido por o grupo de 30 a 40 anos. (gráfico 3)

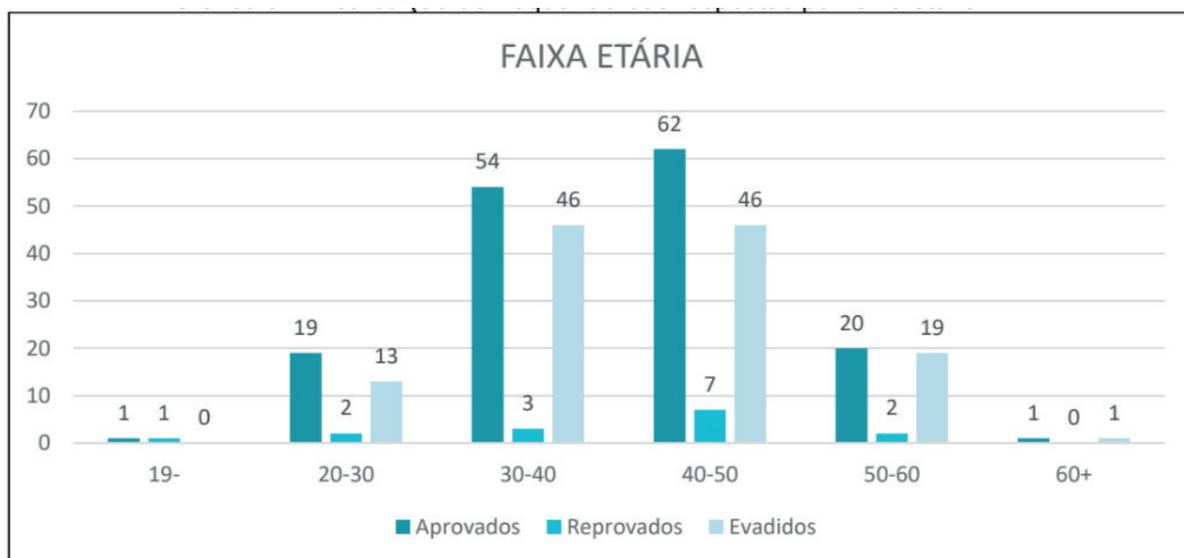


Gráfico 3 – Distribuição de frequência das respostas por faixa etária. (Fonte de pesquisa, 2015).

Já a “raça/etnia” mais prevalente foi à raça negra (pardos mais pretos) com 49,8% seguido da branca com 36%. Segundo IBGE (2010), a população negra (pardos e pretos) é a maioria no país representando 50,7% do total das pessoas. Isso nos

mostra que as oportunidades e acessibilidade vêm acontecendo no nosso país devido às consolidações das políticas afirmativas e dos movimentos sociais. (gráfico 4)

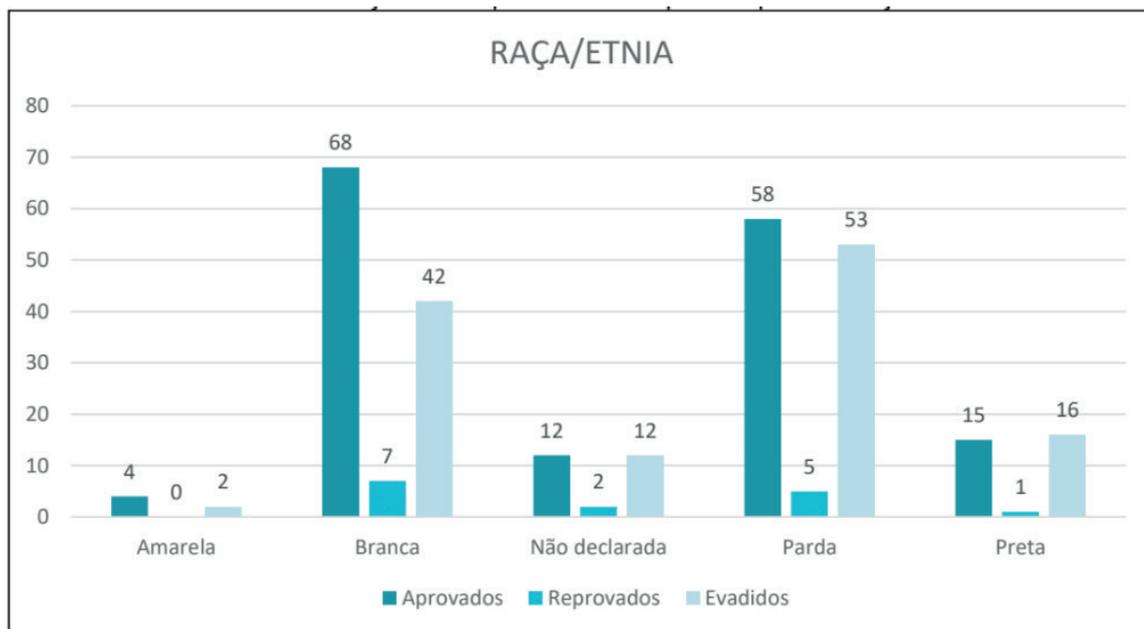


Gráfico 4 – Distribuição de frequência das respostas quanto à raça/etnia.
(Fonte de pesquisa, 2015).

Quanto “possuir ou não algum deficiência” 94,3% não possuía nenhuma deficiência. É importante ressaltar que dentre as deficiências mais prevalentes na pesquisa se destaca a deficiência física nas três categorias investigadas. (gráfico 5)



Gráfico 5 – Distribuição de frequência das respostas quanto possuir alguma deficiência.
(Fonte de pesquisa, 2015).

Ao analisar a “função que exerce”, a maior concentração de professores/ alunos foi no grupo dos docentes, até porque esta função era pré-requisito para cursar a formação, porém vale observar dentre as outras funções investigadas que o maior índice de desistência está relacionada aos cargos de gestão na escola. Diante do exposto, nos leva a pensar que se faz necessária a conscientização da Educação

Inclusiva como todos os profissionais que atuam na escola. (gráfico 6)



Gráfico 6 – Distribuição de frequência das respostas quanto à função que exerce. (Fonte de pesquisa, 2015).

A “unidade federativa onde atua” de maior concentração foi o Estado do Rio Grande do Norte, porém atingimos todas as regiões do país, perfazendo um somatório de 17 estados. (gráfico 7)

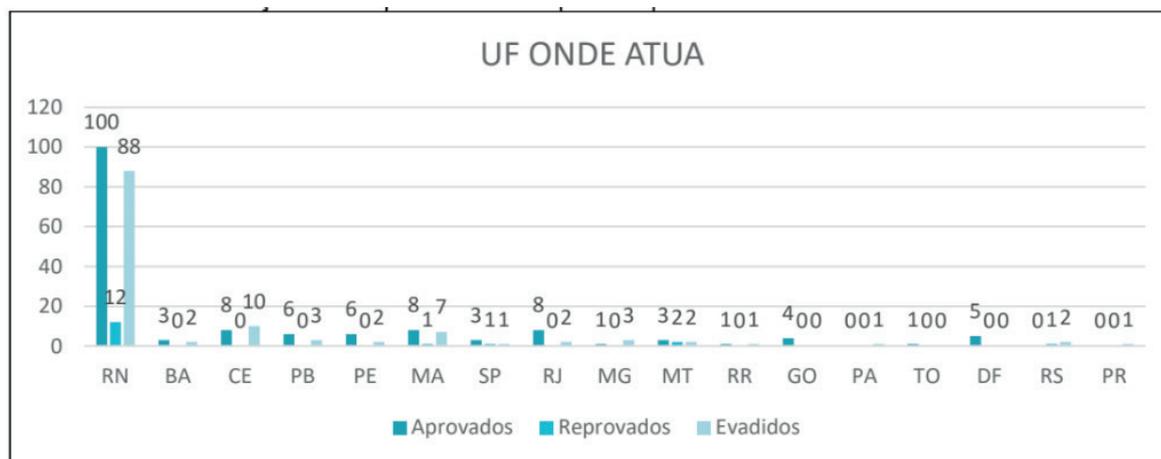


Gráfico 7 – Distribuição de frequência das respostas quanto à unidade federativa onde atua. (Fonte de pesquisa, 2015).

CONCLUSÃO

A análise da distribuição de frequência das respostas revela que, os alunos/professores do curso de aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado ofertado pela UFERSA, apresentaram na maioria vínculo estável com a rede de ensino a qual trabalham, fator primordial para formação continuada, pois estes podem contar com direitos e incentivos para tal.

Em contrapartida, podemos constatar uma divergência de pensamento entre

os professores/alunos quanto à política de formação o que se faz necessário uma maior conscientização dos professores da Educação Básica para com a formação continuada, além de incentivos.

Todavia, vale ressaltar a participação significativa da raça negra no estudo realizado, o que nos leva a acreditar em um futuro mais igualitário frente à efetivação dos direitos, às oportunidades e a acessibilidade social, reforçando a importância da consolidação das políticas afirmativas e dos movimentos sociais do nosso país. Também é de fundamental importância a consciência sobre Educação Inclusiva na escola como um todo para que todos os profissionais que fazem a escola possam estar preparados para receber e conviver na diversidade.

A Educação Inclusiva, dentro do novo paradigma tecnológico, requer profissionais flexíveis, imbuídos de desejo de se manterem atualizados acerca dos mecanismos culturais e tecnológicos que se encontram em constante renovação (ALBA, 2006, p. 17).

Portanto, ainda temos muitos desafios os quais se fazem necessários à eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e conceituais. Logo, podemos constatar que para se ter um professor com perfil adequado para atuar no atendimento educacional especializado faz-se necessário reformulação dos currículos dos cursos de graduação em formação de professores, de modo que os alunos, futuros professores, aprendam a lidar com uma visão inclusiva. E os gestores possibilitem ainda mais, formação continuada pelas universidades aos que já se encontram em sala de aula e não estão dando conta da diversidade que aumenta e chega à suas salas de aula a cada dia, para haja melhor conscientização e compromisso por parte destes.

REFERÊNCIAS

ALBA, C. Uma educação sem barreiras tecnológicas: TIC e educação inclusiva. In: SANCHO, J. M.; HERNÁNDEZ, F. (Orgs.). **Tecnologias para transformar a educação**. São Paulo: Artmed, 2006.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em: 05 maio 2015.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 05 maio 2015.

_____. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. Resolução CNE/CEB nº 1/2008, de 27 de março de 2008. Define os profissionais do magistério, para efeito da aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb001_08.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

_____. Resolução CNE/CEB nº 2/2001, de 11 de setembro de 2001, Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Pessoas com Deficiência – Resultados - preliminares. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2016.

MANTOAN, M. T. E. *Ser ou Estar: Eis a questão*: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro; WVA, 1997.

_____. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 2.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Xavier, M. de J; Braga Junior, F. V. **Prática de Ensino VI**: educação especial e inclusão. Mossoró(RN) : EdUFERSA, 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-033-9

